



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Esplanada dos Ministérios - Bloco U, 4º andar sala 450, spoa@mme.gov.br , Brasília/DF, CEP 70065-900

Telefone: (61) 2032-5464 e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mme.gov.br

CONTRATO Nº 40/2018

Processo nº 48340.002897/2018-19

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA.

A **União**, por intermédio do **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**, inscrito no CNPJ sob n.º 37.115.383/0001-53, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Brasília/Distrito Federal, CEP 70.065-900, neste ato representado pelo **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, Senhor **WILER TRISTÃO DE CASTRO**, portador da Cédula de Identidade n.º 364.213-SSP/DF e CPF n.º 225.580.551-00, com fundamento no Inciso VII do Artigo 59 do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovado pela Portaria GM/MME n.º 108, de 14 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2017, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.813.581/0001-55, sediada no SCRN 708/709, Bloco "B", Loja 18B, Térreo - Asa Norte - CEP 70741-620, Brasília/DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **CLÉBER PEREIRA CAMPOS**, portador da Carteira de Identidade n.º 35.762.389-7-SSP/SP e CPF n.º 943.984.706-97, tendo em vista o que consta no Processo n.º 0065360.00000596/2018-52/MD, e Processo 48340.002897/2018-19-MME, e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 15/2018 - 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (Grupo José Bonifácio e Presidente Ernesto Geisel) - Comando do Exército - Ministério da Defesa**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário, envolvendo cadeiras e sofás, para uso no âmbito do Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, mediante a participação deste Ministério no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 15/2018 tendo como órgão gerenciador o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes do Comando do Exército do Ministério da Defesa UASG 160479, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Grupo	Item	Especificação	Identificação CATMAT	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
-------	------	---------------	-------------------------	-------	-------	-------------------	----------------

II	30	Mesa de Reunião Ovalada - Medidas: 2400x1100x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78224	150056	Pç.	1	1.703,00	1.703,00
	31	Superfície Angular - Medidas: 1500x1500mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Conecta Modelo: T781414	425677	Pç.	18	1007,00	18.126,00
	33	Tubo conector 1100mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Conecta Modelo: DCNT7110X	95079	Pç.	9	119,00	1.071,00
	34	Mesa Delta - Medidas: 1400x1400x600x600x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 781414	150942	Pç.	14	1.725,00	24.150,00
	35	Mesa Peninsular – Medidas: 1800x700x1600x600x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 791618D	150942	Pç.	8	2.381,00	19.048,00
	37	Mesa de Reunião Redonda - Medidas: 1200x740mm. Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78220AB	150942	Pç.	7	842,00	5.894,00
	38	Mesa Executiva Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Nóbile Modelo: CEX100D	150030	Pç.	1	12.072,00	12.072,00
	41	Gaveteiro Volante 03 gavetas - Medidas: 300x470x587mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: ABN013/40M	70173	Pç.	6	731,00	4.386,00
	42	Armário Baixo Lateral - Medidas: 800x600x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78027AB	150151	Pç.	14	1.318,00	18.452,00
	48	Mesa de Reunião - Medidas: 3000x1200x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78200AB/78270AB	150942	Pç.	2	3.352,00	6.704,00
	49	Credenza Executiva com portas de correr - Medidas: 2400x510x750mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Sedute Modelo: SDT077CO	150151	Pç.	3	6.376,00	19.128,00
	56	Gaveteiro Volante Executivo - Medidas: 400x474x636mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Nóbile Modelo: 100019/40	70173	Pç.	1	2.596,00	2.596,00
	57	Plataforma de Trabalho - 2 lugares Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: FIT Modelo:	123455	Pç.	3	2.192,00	6.576,00

	FTI1414ED					
58	Painel Divisório - Medidas: 700x70x1100mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Conecta Modelo: D70812B	150482	Pç.	56	1.009,00	56.504,00
60	Plataforma de Trabalho - 4 lugares Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: FIT Modelo: FTI1414EL/FTI1414EM	123455	Pç.	2	4.254,00	8.508,00
61	Gaveteiro Volante c/ 02 Gavetas e 01 Gavetão Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: ABN020/40M	70173	Pç.	16	1.088,00	17.408,00
62	Armário Baixo Lateral - Medidas: 400x600x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: ABL0406	150151	Pç.	10	885,00	8.850,00
64	Mesa Delta - Medidas: 1400x1600x600x600x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 781414	150942	Pç.	10	1.843,00	18.430,00
66	Armário Alto - Medidas: 800x500x1600mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78067AB	150151	Pç.	15	2.071,00	31.065,00
68	Mesa de canto Marca: Fortline Fabricante: Fortline Modelo: MCAL	150942	Pç.	3	1.630,00	4.890,00
70	Mesa Executiva com Mesa Auxiliar - Medidas: 2000(900)x2000(600)x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Sedute Modelo: SDT200E	150942	Pç.	3	8.225,00	24.675,00
72	Armário Alto - Medidas: 800x500x2100mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: 78069AB	150151	Pç.	7	2.621,00	18.347,00
74	Gaveteiro Volante Executivo - Medidas: 400x474x625mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Sedute Modelo: SDT01340	70173	Pç.	6	1.757,00	10.542,00
80	Mesa de Reunião Executiva - Medidas: 4200x1200x740mm Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Mixer Modelo: MR4212	150942	Pç.	1	17.863,00	17.863,00
82	Aparador Marca: Fortline Fabricante: Fortline Modelo: APESP	150942	Pç.	1	3.210,00	3.210,00
87	Mesa de Centro com tampo de vidro Marca: Fortline Fabricante: Fortline Linha: Genius Modelo: MCALN	150051	Pç.	1	2.007,00	2.007,00

VALOR TOTAL DO GRUPO II

362.205,00

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data da assinatura eletrônica.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 362.205,00** (trezentos e sessenta e dois mil duzentos e cinco reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Ação 2000 - PTRES: 091627; PT25122211920000001 – Natureza de Despesa 44.90.52.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

5.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O prazo de entrega será de até **30 (trinta) dias** úteis a contar da data de recebimento da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado ou não por até **30 (trinta) dias úteis**, mediante pedido fundamentado e aceito pelo Contratante.

7.2. O local de entrega será no Ministério de Minas e Energia, Bloco “U” – Esplanada dos Ministérios, Zona Central Cívico Administrativo, Brasília-DF, CEP 70.065-900.

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

7.4. Os bens poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, neste Termo de Contrato e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos no prazo de até 15(quinze) dias uteis, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

7.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização técnica das aquisições será exercida por servidor devidamente nomeado pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, de conformidade com o art. 67 da Lei

8666/93 e suas alterações.

8.2. Ao fiscal caberá, verificar a qualidade dos materiais fornecidos, proceder à fiscalização dos preços praticados e o atesto da nota fiscal/fatura apresentada;

8.3. A fiscalização acima mencionada não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante;

8.4. A fiscalização não aceitará sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, dentre outros;

8.5. Ao Contratante será reservado o direito de rejeitar no todo ou em parte, os bens fornecidos, se em desacordo com o Termo de Referência devendo a empresa substituir aqueles que apresentem defeitos, sem ônus adicionais ao Contratante.

9. **CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA**

9.1. Todos os itens deste Contrato e outros inerentes aos produtos devem possuir, no mínimo 5 (cinco) anos de garantia contra defeitos de fabricação/confecção a contar do recebimento definitivo, em condições normais de uso, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante, caso esta tenha prazo de vigência superior.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência e neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

11.5. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

12.2. Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT NBR**, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente ao Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não mantiver a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;

13.2.2. **Multa moratória de 0,1%** (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (tinta) dias;

13.2.3. **Multa compensatória de 0,1%** (um décimo por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO**

14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

14.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

15.1. É vedado à CONTRATADA:

15.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMUNICAÇÕES**

18.1. Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

18.2. As comunicações feitas ao CONTRATANTE deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala

450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61)2032-5108.

18.3. As comunicações feitas à CONTRATADA deverão ser endereçadas a empresa **FORMA OFFICE COMÉRCIO DE MÓVEIS E INTERIORES LTDA**, sediada no SCRN 708/709, Bloco "B", Loja 18B, Térreo - Asa Norte - CEP 70741-620 - Brasília/DF.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal.

19.2. Assim havendo ajustado, foi lavrado o presente instrumento e disponibilizado por meio eletrônico por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com fundamento no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que os seus representantes legais assinam com as testemunhas abaixo identificadas.

Pelo CONTRATANTE:

(Assinado Eletronicamente)
WILER TRISTÃO DE CASTRO
Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração
Ministério de Minas e Energia

Pela CONTRATADA:

(Assinado Eletronicamente)
CLÉBER PEREIRA CAMPOS
Representante da Forma Office Comércio de Móveis e Interiores Ltda.

TESTEMUNHAS:

(Assinado Eletronicamente)
TERÊNCIO T. BRANDÃO JÚNIOR
CPF/MF: 005.684.631-29

(Assinado Eletronicamente)
ALVANIR DA SILVA CARVALHO
CPF/ME: 095.620.281-00



Documento assinado eletronicamente por **Cleber Pereira Campos, Usuário Externo**, em 07/12/2018, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alvanir da Silva Carvalho, Coordenador(a) de Atividades Gerais**, em 07/12/2018, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Terencio Tonha Brandão Junior, Fiscal de Contrato**, em 10/12/2018, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wiler Tristão de Castro, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 10/12/2018, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0237115** e o código CRC **65A38B54**.

Referência: Processo nº 48340.002897/2018-19

SEI nº 0237115